

TÍTULO

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL (UNESCO, 2003)

**CASO DE ESTUDO:
PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL UM BEM TRADICIONAL DE GERAÇÕES PARA
GERAÇÕES - A ARTE CHOCALHEIRA**

Resumo

O presente trabalho assenta num estudo teórico sobre as políticas públicas, procedimentos e medidas de salvaguarda relativamente ao que diz respeito ao património cultural imaterial (PCI), a partir da Convenção para a sua salvaguarda em 2003, (UNESCO C. N.)¹ onde vieram a surgir as primeiras políticas públicas ao que respeita à sua salvaguarda.

Pretendendo-se desta forma divulgar e identificar um bem dessa tipologia, um bem imaterial existente em território nacional que faça parte da lista de bens classificados pela UNESCO, para assim apresentarmos a sua contextualização inerente ao seu processo de desenvolvimento desde a data da sua classificação até aos nossos dias.

A imaterialidade que vamos apresentar é uma arte artesanal que existe na região do Alentejo há mais de dois mil anos, uma arte do saber fazer que passou de geração em geração, contudo está em vias de desaparecer num futuro muito próximo, precisando urgentemente de ser reinventada através de uma forma de salvaguardar este ofício tão antigo. A sua classificação por si só não é suficiente se não existir um trabalho contínuo abrangente a vários níveis para o seu desenvolvimento tais como: o político, o social, o ambiental e principalmente no de âmbito territorial. Porque o território é uma variável de qualquer programa ou projeto de desenvolvimento endógeno para assim poder se caminhar para novas abordagens e novas formas de olhar esta arte.

Palavras-Chave:

Imaterialidades; Lei; Património Cultural; Recurso Local; Tradições

¹“*Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003)*”

UNESCO, C. N. (s.d.). Temas / Proteger o nosso património e promover a criatividade / Património Cultural Imaterial. Obtido em 06 de novembro de 2022, de <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt>

1. Introdução

A Convenção da Unesco para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI), foi um fator considerável para o processo da valorização de bens culturais desta tipologia, obtendo durante o seu percurso de existência a adesão de mais 150 países,² o que revela a importância que os povos têm vindo a atribuir ao Património Imaterial, devendo-se consideravelmente às ações que a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) tem vindo a desenvolver no âmbito do mesmo. (UNESCO C. N.)

Segundo a Unesco o PCI representa as práticas, as expressões, as representações e todas as técnicas preservadas pelas culturas das comunidades onde se inserem e devam ser reconhecidas, transmitidas e mantidas pelas mesmas. Ou seja, a sua transmissão é da responsabilidade das comunidades onde se manifestam estas práticas devido a serem o grande possessor de práticas dos saberes fazer e os quais por sua vez devem ser transmitidos de geração em geração dentro da própria comunidade onde existe assim como em outras. (UNESCO C. N.)

O Caso de Estudo em questão irá incidir sobre o processo de classificação patrimonial da Arte Chocalheira, particularmente a que diz respeito à região das Alcáçovas. O fabrico de chocalhos é um ofício muito importante na identidade da região do Alentejo estando classificado como Património Intangível da Humanidade desde 2015, (UNESCO C. N.) preservando-se até aos nossos dias nos concelhos de Estremoz, Reguengos de Monsaraz e Viana do Alentejo, todavia o seu centro de fabrico principal está localizado na freguesia das Alcáçovas.

1.1 Metodologias

Posto isto, é neste sentido que o desenvolvimento deste trabalho se enquadra apresentando-se com uma estrutura de dois eixos principais. O primeiro contará com a contextualização das leis, a partir da Convenção de (2003) e as diretrizes envolvidas na tipologia do PCI, e o segundo basear-se-á numa abordagem sobre o bem imaterial referido em cima mencionando todo o seu processo de desenvolvimento a partir da dita Convenção até à atualidade. Por último far-se-á uma pequena reflexão e uma breve conclusão.

A metodologia para o desenvolvimento deste estudo basear-se-á em pesquisas de investigações e estudos que constituem na atualidade um variado material que nos permite entrar na região das Alcáçovas sob muitos pontos de vista. A documentação em análise são produções escritas, estudos realizados durante e após o processo de classificação do PCI em causa. Fontes credíveis, tais como: a DGPC, UNESCO e o arquivo da Câmara de Viana do Alentejo, assim como todo o suporte incluído em estudos já realizados no âmbito da disciplina de “Teoria, Legislação e Prática de Património.”

² “Entende-se por «Estados Partes» os Estados que estejam vinculados pela presente Convenção e entre os quais a presente Convenção esteja em vigor” ... Comissão Nacional da Unesco . (s.d.). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003)*. (M. d. Estrangeiros, Ed.) (artigo 2). Obtido em 13 de novembro de 2022, de <https://unescoportugal.mne.gov.pt/>

2. Contextualização

2.1. Legislação e Políticas do Património Cultural Imaterial (PCI)

Muito depois das outras categorias de património já estarem estabelecidas por a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), finalmente chega a vez da classificação para a categoria do património cultural imaterial consagrada internacionalmente pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Esta foi adotada pela Conferência Geral da UNESCO em Paris no ano de (2003), institucionalizando o seu conceito de uma forma abrangente. (Comissão Nacional da Unesco)

A presente Convenção encontra-se registada por solicitação do Diretor Geral da Unesco no Secretariado da Organização das Nações Unidas³ e está escrita de forma original em vários idiomas, como o inglês, francês, espanhol, chinês, árabe e russo, encontrando-se em consonância com o que está disposto na emenda do Artigo 102.º da Carta das Nações Unidas assinada em (1945) em São Francisco. (Nações Unidas)⁴

A Convenção tal como está disposto no Artigo 1.º tem como finalidade “a salvaguarda e o respeito do património cultural imaterial, das comunidades, dos grupos e dos indivíduos em causa, a sensibilização, a nível local, nacional e internacional, apelando a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo assim como a cooperação e o auxílio internacional.” (Comissão Nacional da Unesco)

Esta Convenção não foi pensada de forma isolada e não tem a pretensão de alterar em nada o estatuto do nível de proteção de bens declarados como Património Mundial Cultural e Natural referenciados na Convenção de (1972), tem como base instrumentos internacionais já existentes tais como: a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), o Pacto Internacional sobre direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), e o Pacto Internacional sobre os direitos Cívicos e Políticos de (1966). (Comissão Nacional da Unesco)

Segundo as definições da UNESCO e expostas na emenda do Artigo 2.º, o PCI abrange os saberes fazeres ligados ao artesanato, às expressões orais como a língua, as práticas sociais, festividades, as artes dos espetáculos assim como os conhecimentos e práticas que dizem respeito à natureza e ao universo. (Comissão Nacional da Unesco)

2.2. As Entidades Responsáveis em matéria da Salvaguarda de PCI em Portugal

Em Portugal existe a Comissão Nacional da Unesco criada em (1979), identificada como uma Delegação permanente de Portugal junto da Unesco, estando sediada no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa.⁵ A nível

⁴⁴ “Todos os tratados e todos os acordos internacionais concluídos por qualquer membro das Nações Unidas depois da entrada em vigor da presente Carta deverão, dentro do mais breve prazo possível, ser registados e publicados pelo Secretariado. 2. Nenhuma parte em qualquer tratado ou acordo internacional que não tenha sido registado em conformidade com as disposições do nº 1 deste Artº. poderá invocar tal tratado ou acordo perante qualquer órgão das Nações Unidas.”

Nações Unidas . (s.d.). (D. d. Pública, Ed.) *Carta das Nações Unidas e o Estatuto da Tribunal Internacional de Justiça*, p. 63. Obtido em 2 de janeiro de 2023, de <https://unric.org/pt/>

⁵ “Portugal criou a Comissão Nacional da UNESCO em 1979, sob a égide do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A CNU desenvolve atividades no âmbito das quatro áreas de mandato da UNESCO – educação, ciência, cultura e comunicação – e nas áreas temáticas da Organização, difundindo e dinamizando, em Portugal, as suas políticas e programas. A CNU desenvolve a sua atividade em colaboração com as entidades públicas e governamentais, bem como com grupos, associações e entidades privadas, trabalhando em conjunto com a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO e com as Comissões Nacionais dos Estados membros da UNESCO” (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

nacional tal como expressa a dita Convenção, cada território tem a obrigação e a responsabilidade de cumprir individualmente as diretrizes supracitadas nos artigos a que as fazem corresponder visando salvaguardar, valorizar e desenvolver o PCI existente em cada Estado Parte. Pondo isto queremos dizer que existe em Portugal um órgão competente para a coordenação a nível nacional no âmbito da salvaguarda do PCI denominado de Direção Geral do Património Cultural (DGPC).

Ou seja, cada Estado Parte tem a obrigação de assegurar a identificação dos bens culturais imateriais em causa, com vista à sua salvaguarda, elaborando um ou mais inventários do PCI existente no seu território de modo a que exista uma atualização periódica e que seja apresentada ao Comité⁶ do órgão soberano dos Estado Parte à Assembleia Geral, conforme as instruções expressas sobre inventários dispostas na emenda ao abrigo do Artigo 29.º da Convenção de (2003). (Comissão Nacional da Unesco)

Além da responsabilidade para com as medidas destes inventários a DGPC, também trabalha em outras medidas de salvaguarda expressas na Convenção referidas na emenda disposta no Artigo 13.º, tais como: adotar medidas de orientação de estudos científicos baseadas em investigação principalmente sobre o património que possa estar em perigo, assim como fomentar a criação de organismos responsáveis no que concerne à salvaguarda PCI no território, assim como também deverá dar primazia à criação de instituições de formação em gestão do património e respeitar as práticas com que se rege o acesso a esses bens imateriais. (Comissão Nacional da Unesco)

No entanto existem muitas outras responsabilidades de âmbito territorial, da responsabilidade de cada Estado Parte. Ou seja, da DGPC, uma das medidas mais importantes estão relacionadas com a educação, apostando na criação de programas educativos e de sensibilização, principalmente direcionados para a camada mais jovem e em formação específica no âmbito das comunidades e nos grupos envolvidos. Outra medida que nos parece extremamente importante é a que diz respeito à responsabilidade territorial, porque a valorização e a proteção dos espaços naturais e lugares de memória cuja sua existência é necessária à expressão do PCI se não forem cuidados nada do resto faz sentido.

A DGPC com o objetivo de estimular a participação direta das comunidades, grupos e indivíduos no processo de inventariação desenvolveu também um sistema informático denominado, a “MATRIZ PCI” ao dispor do público desde 1 de junho de (2011). Este sistema constitui uma medida fundamental para a salvaguarda do PCI em Portugal e a sua utilização serve para fins de inscrição de manifestações imateriais, representando uma condição favorável para uma possível candidatura à lista representante do Património Cultural Imaterial da Humanidade, assim como à lista do Património Cultural Imaterial que necessita de salvaguarda urgente. Este inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (PCI) é da competência da Direção Geral do Património Cultural. Esta forma de proteção onde se baseia o reconhecimento do Património Imaterial juridicamente é válida a nível nacional através da inscrição de uma expressão

⁶“Fica estabelecido junto à UNESCO um Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, doravante denominado “o Comitê”. O Comitê será integrado por representantes de 18 Estados Partes, a serem eleitos pelos Estados Partes constituídos em Assembleia Geral” Convenção *para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003)*

no inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. A DGPC é responsável pela produção de instrumentos destinados a promover a atuação qualificada nesta área de património ao nível nacional, apresentando vários documentos cujo a fundamentação tem a capacidade de fornecer às entidades promotoras da salvaguarda do PCI toda a informação teórica sobre as técnicas no âmbito de procedimentos administrativos e para a realização de pedidos legais destas manifestações de PCI (DGPC, 2014).

Estas medidas foram instituídas pelo decreto-lei de 15 de junho n.º 139/2009 onde se veio a estabelecer o regime jurídico da salvaguarda do PCI em conformidade com o direito internacional da Convenção de (2003), para a Salvaguarda do PCI. Contudo este decreto de (2009), foi atualizado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015 de 4 de agosto, onde se concretizaram alguns ajustes referentes ao regime jurídico para a salvaguarda do PCI em conformidade com a 32ª Conferência Geral da Unesco em 17 de outubro de (2003), aprovada pela Assembleia da República n.º 28/2008 de 26 de março. (Diário da República).

Atualmente a DGPC no âmbito das suas competências relativas ao PCI tem em curso o levantamento Nacional do PCI, tendo como principal objetivo a identificação das manifestações existentes no País, válidas tanto para as que se encontram “vivas” assim como para as que estão em situação de risco de extinção. Para este efeito existe um suporte para o preenchimento das respetivas fichas de identificação, referentes às de “Identificação do Proponente e da identificação da Manifestação PCI”, utilizando-se uma para cada manifestação identificada. Estas encontram-se disponibilizadas no sistema informático denominado “Matriz PCI/ Recursos/ Documentação DGPC” ao dispor do público desde 1 de junho de (2011), como já referido em cima. (DGPC, 2014)

Relativamente acerca do mesmo contexto, a DGPC também produz manuais, edita trabalhos de investigação e reedita obras de referência para a prática etnográfica, a par disto também dispõe de um manual de utilização da MATRIZPCI ⁷ no âmbito do seu papel normativo e de difusão de boas práticas na área do PCI, dando apoio técnico a diversas identidades como museus, ONG e municípios. Em consonância também desenvolve ações de formação de ensino para a salvaguarda do PCI quer presenciais quer à distância. (DGPC, MATRIZPCI- Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial)

Pensando também na educação a DGPC, dispõe para o público mais jovem um Kit de Recolha do PCI destinado a sensibilizar os mais jovens para a valorização e importância do PCI ao nível local tendo sido premiado em (2013), na terceira edição do “Prémio Ibero-americano de Educação e Museus.” (DGPC, 2022)⁸

3. Problemática

3.1. Caso de Estudo e a sua ligação com a Teoria

O chocalho português é um instrumento de percussão tradicional, com um som inconfundível e um papel fundamental na paisagem sonora das áreas rurais, sobretudo onde ainda se pratica o pastoreio. (Camões, Instituto, 2015)

⁷“para pesquisa e pedido de inscrição de manifestações imateriais no *Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*.” (DGPC, MATRIZPCI- Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial)

⁸“O Kit destina-se a ser utilizado igualmente como instrumento para a promoção do diálogo intercultural, nomeadamente em contexto escolar ou museológico. O Kit sensibiliza os jovens para o facto de, tal como expresso na legislação nacional, serem consideradas como Património Imaterial não apenas as tradições inscritas no tempo longo da cultura popular portuguesa, mas também as tradições das comunidades de origem não portuguesa radicadas em Portugal, que constituem importante fator da sua identidade.” (DGPC, 2022)

A sua prática foi transmitida de pais para filhos e requer um processo de fabrico manual muito próprio. Esta é uma arte que existe na região do Alentejo onde tem maior expressão há mais de dois mil anos, tendo sido classificada como Património Intangível da Humanidade em 2015, sendo este um elemento muito importante para a salvaguarda deste ofício tão antigo. (Camões, Instituto, 2015)

A sua candidatura teve como líder a Entidade Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo em colaboração com a Câmara Municipal de Viana do Alentejo e a Junta de Freguesia de Alcáçovas. (Associação Portuguesa para a Salvaguarda do PCI)

A sua candidatura serviu para combater a realidade do seu desaparecimento e dar continuidade à sua preservação dentro do território onde esta prática ainda existe. Toda a comunidade assim como os poderes públicos responsáveis de carácter local, nacional e extensivo aos internacionais fizeram um trabalho em conjunto para que esta tradição continuasse a fazer parte da identidade da comunidade onde está inserido. Estando desde (2015), como um dos primeiros elementos inscritos por Portugal nesta lista da UNESCO, para uma salvaguarda urgente face ao seu possível desaparecimento devido grandemente à falta de aprendizes na atualidade face às novas técnicas industriais. (Portal Institucional do Município de Viana do Alentejo, 2021)

Claramente que esta classificação selada pela Unesco fez com que esta arte despertasse mais interesse de forma imediata, chamando mais turismo para a região e envolvendo os artesãos e a população de Alcáçovas, tendo conseguido manter esta arte tradicional viva e dignificá-la para as gerações vindouras cumprindo as diretrizes da “Convenção - Quadro Europeia” sobre o valor do Património Cultural para as Sociedades, onde se projeta a ideia de que o uso e o conhecimento do património fazem parte dos direitos dos cidadãos através de uma participação ativa relativamente aos assuntos culturais. Ou seja, o património é apresentado como um meio para atingir a promoção da diversidade cultural, o desenvolvimento humano e incentivar o diálogo intercultural, modelo este baseado num desenvolvimento económico extensivo aos princípios do uso sustentável dos recursos. Ao nível territorial estão a ser cumpridos os elementos citados na Convenção Internacional de (2003), embora atualmente não tenha o efeito pretendido devido sobretudo há pouca existência de mestres chocalheiros dedicados a este ofício como já foi referido. (Europa, Conselho da)

Em (2015), conforme publicado no Instituto Camões existiam sete zonas em Portugal onde residiam os mestres chocalheiros de técnica e aperfeiçoamento manual do fabrico de chocalhos, no entanto todos com uma idade avançada, estando um desses poucos existentes fixado na Vila das Alcáçovas, conhecida como a capital desta arte. Esta pequena Vila está situada numa freguesia portuguesa localizada no município de Viana do Alentejo na região do Alentejo, com cerca de 2.111 habitantes. Os restantes mestres encontram-se espalhados por Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Viana Do Alentejo, Bragança, Tomar, Cartaxo e Angra do Heroísmo. (Camões, Instituto, 2015)

Esta arte manual do saber fazer desenvolve um grande potencial no âmbito do desenvolvimento sustentável, essencialmente de cariz económica e social na medida da construção de uma atitude dinâmica com a mesma, envolvendo-se ativamente com a comunidade local, através de experiências únicas e sensoriais geradoras de memórias. Através do valor intrínseco do bem patrimonial pode-se gerar produtos apelativos e integradores de sensações capacitadoras de levar à cocriação de inovações. Porque a criatividade é vista como um elemento de transformação dos sectores

económicos e sociais associados a determinado lugar, assim como é o impulso para a criação de métodos de inovação. Trabalhando a criatividade, permitimos o desenvolvimento de uma determinada imaterialidade para dar lugar a outras imaterialidades culturais que se complementem com a originalidade inicial. Elementos estes que estão citados na Convenção através da emenda ao abrigo do Artigo 18.º. Com base nos critérios apresentados pelos Estados-Parte e aprovados pela Assembleia Geral, o Comité seleciona e promove programas projetos e atividades de carácter nacional, sub-regional e regional. (Comissão Nacional da Unesco). No entanto atualmente isto não acontece como pretendido devido a vários problemas, sendo um dos principais a falta de aprendizes do ofício que traz como consequência uma divulgação pouco eficiente para que as novas gerações busquem aprendizagens sobre o mesmo.

3.2 Outras Abordagens Existentes

Apesar de na atualidade existirem sobre a arte deste ofício outras abordagens para lhe proporcionem outros desenvolvimentos não funcionam adequadamente. Como exemplo de uma má gestão de alguns espaços existentes para a sua valorização, preservação e divulgação temos o caso da existência de um museu, como sabemos estes são agentes envolvidos na preservação e salvaguarda do PCI, mas, no entanto, se os profissionais destes espaços não repensarem em uma estratégia sobre a sua forma de se relacionar com o PCI não fazem o seu prepósito. Os museus a partir das suas atividades podem encontrar formas de analisar e estudar o património imaterial para assim contribuírem para uma maior visibilidade do mesmo e conseguirem ir de encontro aos desafios da Convenção 2003. (Cidehus, 2011)

Relativamente aos museus encontram-se integrados como organizações culturais que podem e devem contribuir para a salvaguarda do PCI, porque os museus além de serem um espaço de conhecimento, são lugares de função educativa, social, de encontro e de diálogo onde se pode fruir de uma grande diversidade cultural. Concluindo-se deste modo que o PCI está associado à noção de museu devido a estes serem espaços de abordagem da nossa identidade e memória, sobre o passado e o presente e de encontro a um futuro que pode ser imaginado. (Cidehus, 2011)

Relativamente ao estudo em causa existe realmente um Museu particular localizado no território em estudo, contudo não funciona como deveria, estando fechado presentemente devido à pouca procura do público, abrindo só em casos excecionais e por marcação prévia. Aqui estão expostas mais de 5.800 peças ligadas ao mestre Chibeles Penetra, pertencentes à sua coleção privada.

Além deste museu também se realiza na Vila anualmente a Feira do Chocalho com a duração de quatro dias durante o mês de julho visando promover e valorizar o Património Histórico e Cultural da região. Todavia para que tudo isto funcione de uma forma positiva, as entidades públicas nacionais em consonância com as locais têm de trabalhar em conjunto, tal como exposto na lei de Bases do Património Cultural n.º 107/2001 de 08 de setembro, (PGDL-Procuradoria Geral Distrital de Lisboa).⁹

⁹ “A política do património cultural integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional”. PGDL-Procuradoria Geral Distrital de Lisboa. (s.d.). **Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro**. Obtido em 19 de novembro de 2022, de <https://www.pgdlisboa.pt/leis/>

3.3 Criação de Novas Abordagens

Para a promoção de novas abordagens era importante para a sua valorização recorrer ao desenvolvimento de mais eventos criativos capazes de atrair o público. Utilizando a matéria-prima como um complemento da sua oferta, ou seja, como complemento do que já existe poderiam existir outras abordagens não só direcionadas para o chocalho em si, mas também para a apreciação das várias dimensões sensoriais que este bem patrimonial pode transmitir. Como exemplo disso poder-se-ia aproveitar a existência da Banda da Sociedade União Alcacerense, onde é utilizado um instrumento musical com o nome de Chocalhofone alentejano, podendo-se eventualmente realizar uma experiência (workshop) de iniciação à aprendizagem deste instrumento de música. Essencialmente porque a cultura, é vista como a matéria-prima para a produção criativa, baseada por elementos tangíveis e intangíveis. Esta seria uma criatividade que iria envolver tanto os protagonistas diretos como os que lhe estão associados, procurando oferecer oportunidades de interação com outras comunidades, experiência de aprendizagem dos saberes-fazer e de desenvolvimento de Soft Skills, (Ekonomista)¹⁰ relacionadas com as competências e habilidades do comportamento do ser humano, que não se encontram apenas diretamente relacionadas com esses saberes-fazer e com as manifestações culturais propriamente ditas mas com um todo contexto cultural, ambiental e territorial, tal como referido nas definições da UNESCO expostas na emenda ao artigo 2.º do PCI. (Comissão Nacional da Unesco)

¹⁰ “As soft skills são um conjunto de **habilidades e competências relacionadas ao comportamento humano.**”
Ekonomista. (s.d.). **10 exemplos de soft skills importantes para o futuro** - Economias. Obtido de <https://www.e-konomista.pt/>

4. Considerações Finais

As novas gerações podem gerar um grande potencial de promoção criativa e de referência local moldado à atualidade sem retirar o valor intrínseco, histórico e cultural do bem imaterial, pois estes são fatores representantes para um desenvolvimento equilibrado e participativo. Não só é benéfico para a comunidade onde se encontra, mas também serve para transportar o valor desta arte para outros locais. Contudo para que isso aconteça tem de existir uma divulgação capaz ao nível do interesse local, devido a esta ser uma das formas de garantir a sua sustentabilidade, preservação e a sua transmissão.

A questão que poderia estar em aberto e levantar alguma discussão pensamos que tenha sido clarificada durante o desenvolvimento deste trabalho. Ou seja, se efetivamente poderia existir a possibilidade de se conseguir uma boa estratégia de transição de uma fruição passiva e de produção tradicional para uma lógica e dimensão mais transversal culturalmente. Segundo a UNESCO e conforme o referenciado na Convenção de (2003), a partir do que já existe é possível evoluir para outras abordagens, porque o desenvolvimento só poderá ser sustentável se existir uma forte componente cultural centrada no ser humano, no respeito mútuo e direcionada para um diálogo aberto entre culturas para produzir resultados inclusivos e equitativos. Contudo para que isso aconteça a cultura tem de assumir um lugar direito às reflexões, estratégias e processos de desenvolvimento.

Todavia e para finalizar, infelizmente esta questão ao nível territorial ainda é difícil de acontecer assim como em Portugal no geral e em muitos outros países. Talvez isto ainda aconteça devido à pouca sensibilização que ainda existe em todo o mundo sobre a cultura e o seu desenvolvimento. No entanto relativamente a esta arte do saber fazer assim como outras poderá ser possível acontecer, porque a UNESCO está sempre a repensar e a utilizar abordagens onde lidera a sensibilização em prol da cultura atuado internacionalmente nas definições políticas e quadros jurídicos, trabalhando no terreno e apoiando os governos e todas as partes locais interessadas na salvaguarda do património, no fortalecimento das indústrias criativas e no incentivo ao pluralismo cultural. (Estrangeiros, Comissão Nacional do Ministério dos Negócios)

“A memória também pode servir para dar um novo destino e um novo valor... pois sem ela não podemos recordar... é o único meio que dispomos para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos a nossa identidade.” (Choay, 2018, p. 147)

Referências. Bibliográficas

Obras

Choay, F. (2018). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.LDA.

Web grafia

Diário da República. (s.d.). Regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial. *Decreto-Lei n.º 139/2009 versão à data de 13-11-2022*. Obtido em 13 de novembro de 2022, de <https://dre.pt/dre>

Portal Institucional do Município de Viana do Alentejo. (18 de novembro de 2021). *Fabrico de Chocalhos* . Obtido em 2 de janeiro de 2023, de <https://www.cm-vianadoalentejo.pt/>

Associação Portuguesa para a Salvaguarda do PCI. (s.d.). *Arte Chocalheira*. Obtido em 2 de janeiro de 2023, de <https://patrimonioculturalimaterial.org/>

Camões, Instituto. (dezembro de 2015). *UNESCO declara arte chocalheira de Portugal como Património Cultural Imaterial*. Obtido em 16 de novembro de 2022, de <https://www.instituto-camoes.pt/>

Cidehus, P. d. (2011). OS MUSEUS E O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL. (A. Carvalho, Ed.) *Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Obtido em 18 de novembro de 2022, de <https://books.openedition.org/cidehus/2476>

Comissão Nacional da Unesco. (s.d.). (M. d. Estrangeiros, Ed.) *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003)*. Obtido em 13 de novembro de 2022, de <https://unescoportugal.mne.gov.pt/>

DGPC. (s.d.). *MATRIZPCI- Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial*. Obtido em 18 de novembro de 2022, de <http://www.matrizpci.dgpc.pt/matrizpci.web>

DGPC. (2014). Publicações sobre Património Imaterial. *Matriz PCI Manual do Utilizador*, pp. 5-6-7. Obtido em 13 de novembro de 2022, de <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/>

DGPC. (05 de maio de 2022). Agenda | Levantamento Nacional do PCI 2022. (D. P. Maximino, Ed.) *Levantamento Nacional do PCI 2022 ... Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial (DPIMI)*. Obtido em 18 de novembro de 2022, de <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/>

Ekonomista. (s.d.). *10 exemplos de soft skills importantes para o futuro - Economias*. Obtido de <https://www.e-konomista.pt/>

Europa, Conselho da. (s.d.). *Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade*. Obtido em 13 de novembro de 2022, de <http://www.coe.int/>

Ministério dos Negócios Estrangeiros. (s.d.). Comissão Nacional da UNESCO. *DELEGAÇÃO PERMANENTE DE PORTUGAL JUNTO DA UNESCO*. Obtido em 3 de janeiro de 2023, de <https://unesco.missaoportugal.mne.gov.pt/>

Nações Unidas . (s.d.). (D. d. Pública, Ed.) *Carta das Nações Unidas e o Estatuto da Tribunal Internacional de Justiça*, p. 63. Obtido em 2 de janeiro de 2023, de <https://unric.org/pt/>

PGDL-Procuradoria Geral Distrital de Lisboa. (s.d.). *Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro*. Obtido em 19 de novembro de 2022, de <https://www.pgdlisboa.pt/leis/>



UNESCO. (s.d.). Temas / Proteger o nosso património e promover a criatividade / Património Cultural Imaterial. (C. N. Estrangeiros, Ed.) Obtido em 10 de novembro de 2022, de <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/>

UNESCO, C. N. (s.d.). temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial. *Património Cultural Imaterial - Comissão Nacional da UNESCO*. Obtido em 6 de novembro de 2022, de <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/>

Anexo de Imagens



Figs. 1-2-3. Uso do chocalho



Museu particular pertencente ao mestre Chibeles Penetra nas Alcaçovas.



Feira do Chocalho com a duração de quatro dias durante o mês de julho visando promover e valorizar o Património Histórico e Cultural da Vila



Banda da Sociedade União Alcacerense onde é utilizando o chocalhofone alentejano

Figs. 4-5-6. Novas abordagens do Chocalho



Figs. 7- 8. Mestres do ofício